



Simulado Final

# ANATEL

Cargo: Especialista em Regulação de Serviços  
Públicos de Telecomunicações - Direito  
**Pós-Edital**

# Simulado

Simulado Final ANATEL (Especialidade - Direito)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - Especialidade Direito da ANATEL**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/dRWi4LfYkWzQzZch9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/5ptE>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

A transição democrática brasileira, que se iniciou no regime militar e se consolidou com a Constituição Federal de 1988, alterou profundamente a dinâmica das relações entre Estado e sociedade. Um dos campos visíveis dessas transformações é o casamento entre representação e democracia. É possível afirmar que, até então, em nenhum momento, a representação democrática — fundada em um sistema de checks and balances e de delegação universal da soberania dos indivíduos — havia sido constituinte das relações entre Estado e sociedade no país ou havia tido primazia sobre as demais formas de se pensar e estruturar a representação. Tampouco haviam surgido alternativas capazes de contestar o exercício da representação restrito à esfera estatal e de repensar a dualidade Estado e sociedade.

O cenário político pós-1988 é completamente diverso. A democracia deixa de ser uma ideia subjacente para se tornar a ideia-força organizadora da representação. Nesse processo, o sistema político passou por um movimento intenso de inovação institucional marcado pela pluralização do sistema partidário, pela democratização do sistema eleitoral, pela reorganização político-administrativa do país, pela ampliação das responsabilidades do Estado no provimento de direitos sociais e pela criação de canais variados de interação entre o Estado e a sociedade e de expressão da soberania popular. Como se pode perceber, as mudanças não ficaram restritas à dimensão eleitoral e estatal da representação, mas atingiram a esfera de atuação da sociedade civil. A consolidação do sufrágio universal, como meio de influência do cidadão na esfera pública, veio acompanhada de formas descentradas de manifestação da pluralidade, as quais situam as eleições como apenas um dos momentos de julgamento político.

Debora Rezende de Almeida. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. In: Opinião Pública, vol. 20, n.º, Campinas, jan.-abr./2014. Internet: (com adaptações).

**Julgue os itens subsequentes, referentes às características textuais e às ideias nele veiculadas.**

- 01.** Quanto ao tipo textual, o texto I classifica-se como argumentativo.
- 02.** A relação entre o Estado e a sociedade foi muito alterada com a transição democrática promovida na década de 80 do século passado.
- 03.** De acordo com o texto, mesmo antes da Constituição Federal de 1988, já havia alternativas que desafiavam a representação limitada ao âmbito do Estado.
- 04.** Infere-se que as eleições, sendo apenas um dos momentos de julgamento político, podem ser consideradas menos importantes do que os demais.
- 05.** Depreende-se do texto que a consolidação da democracia no Brasil ocorreu durante o regime militar.

**Julgue os itens subsequentes, em relação às estruturas linguísticas do texto I.**

- 06.** Em “para se tornar a ideia-força” (2º parágrafo), a próclise do pronome “se” é obrigatória, haja vista o emprego do vocábulo “para”.
- 07.** No primeiro parágrafo, seriam preservadas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso o trecho “fundada em um sistema de checks and balances e de delegação universal da soberania dos indivíduos” fosse isolado por vírgulas em vez dos travessões.

08. No trecho do primeiro parágrafo “Tampouco haviam surgido alternativas”, a substituição da forma verbal “haviam” por “tinham” não prejudicaria a correção gramatical e o sentido original do texto.

09. No primeiro parágrafo, o emprego do acento indicativo de crase em “restrito à esfera estatal” deve-se à regência de “restrito” e à presença de artigo definido feminino anteposto ao termo “esfera”.

10. A correção gramatical do segundo parágrafo seria mantida caso fosse inserida uma vírgula após “pós-1988”.

11. Pelas relações de sentido estabelecidas no segundo parágrafo, conclui-se que a expressão “nesse processo” faz referência a “ideia-força organizadora da representação”.

## TEXTO II

A poesia, ao contrário da filosofia, não é um conhecimento teórico da natureza humana, mas imita, narrativa ou dramaticamente, ações e sentimentos, feitos e virtudes, situações e vícios dos seres humanos. No entanto, a poesia é diferente da história, embora esta também seja uma narrativa de feitos humanos e de situações, das virtudes e dos vícios dos humanos narrados. A diferença está no fato de que aquela visa, por meio de uma pessoa ou de um fato, falar dos humanos em geral e falar de situações em geral, enquanto esta se refere à individualidade concreta de cada pessoa e de cada situação. A poesia trágica não fala de Édipo ou de Eletra, mas de um destino humano; a epopeia não fala de Helena, Ulisses ou Agamenon, mas de tipos humanos. A história, ao contrário, fala de pessoas singulares e situações particulares. Por isso, diz Aristóteles, a poesia está mais próxima da filosofia do que da história, já que esta nunca se dirige ao universal.

(ADAPTADO) Marilena Chaui. Introdução à história da filosofia. São Paulo: Companhia da Letras, 2005, p. 336 -7.

**Julgue os itens subsequentes, referentes às características textuais e às ideias nele veiculadas.**

12. Aristóteles é citado no texto como exemplo de filósofo que retrata a história universal.

13. De acordo com o texto, a poesia é uma forma de conhecimento teórico que explica racionalmente a natureza humana.

14. Infere-se do texto que a filosofia busca compreender e explicar os comportamentos humanos de maneira teórica.

15. Segundo as informações do texto, a história se dirige a indivíduos circunscritos a espaço ou tempo determinados.

16. Os sentidos do texto seriam mantidos se a forma verbal “imita”, em “não é um conhecimento teórico da natureza humana, mas imita”. fosse substituída por “reproduz”.

**Julgue os itens subsequentes, em relação às estruturas linguísticas do texto II.**

17. A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso a conjunção “embora”, no trecho “embora esta também seja uma narrativa”, fosse substituída por “conquanto”.

18. No trecho “A poesia trágica não fala de Édipo ou de Eletra”, o segmento “A poesia trágica” funciona, sintaticamente, como sujeito do verbo “fala”.

19. Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos textuais, a forma verbal “se refere”, no trecho “enquanto esta se refere à individualidade concreta de cada pessoa e de cada situação”, poderia ser flexionada no plural, em concordância com os termos pospostos “pessoa” e “situação”.

20. No trecho “feitos e virtudes”, a palavra “feitos” é classificada como adjetivo.

## LÍNGUA INGLESA

*Adolfo Sá*

### **Thieves steal life-saving communications equipment**

Thieves have stolen life-saving equipment at a volunteer Coastwatch station in Ramsgate.

The National Coastwatch Institution (NCI) said vital radio communications equipment used to alert the coastguard when people are in difficulty at sea or along the coast had been taken.

They warned the theft of the aerial could cost lives.

Vandals have targeted the station at Winterstoke Gardens six other times since it opened in May 2024, according to the NCI, stealing aerials and putting glue into locks.

“We are all volunteers sharing the same mission which is to keep a daily watch for people in danger around our coast,” said station manager Paul Waterman.

“Without our equipment, we cannot do this vital public safety work.”

The NCI said the damage stretched its already limited finances, which relied on donations from the community.

“We are now in the expensive process of repairing and replacing the lost and vandalised equipment so that we can continue our work and we’d very much welcome any support,” added Mr Waterman.

He urged anyone with information about the incident, which was discovered on Friday, to contact Kent Police.

Kent Police said it had been “made aware of potential metal theft from an organisation” and that officers were carrying out inquiries to establish the full circumstances.

The NCI, a registered charity, operates nearly 60 stations around the coasts of England and Wales.

Its stations are staffed by over 2,600 qualified volunteers, who are trained in reading maritime charts, operating VHF radios and interpreting weather and tides.

<https://www.bbc.com/news/articles/cy9e59pg85je>

21. Thieves have stolen equipment from a volunteer Coastwatch station in Ramsgate more than six times.

22. The theft of the aerial could put people's lives at risk.

23. The NCI is funded by government grants and donations.

24. In the sentence “The NCI said the damage stretched its already limited finances, which relied on donations from the community.”, the verb STRETCHED could be replaced by WITHDREW without changing its meaning.

25. In the sentence: ““We are now in the expensive process of repairing and replacing the lost and vandalised equipment so that we can continue our work and we’d very much welcome any support,” added Mr Waterman.”, SO THAT expresses PURPOSE.

## REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

*Celso Natale*

26. No contexto da legislação brasileira, julgue o item a seguir sobre a obrigatoriedade da realização de análises.

A realização de Avaliação do Resultado Regulatório é sempre obrigatória na edição e alteração de atos normativos de interesse geral.

**27.** Com relação às disposições da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, julgue o item a seguir.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), instituída pela Lei nº 9.472, possui a função de regulamentar e fiscalizar as telecomunicações no Brasil, inclusive intervindo diretamente na gestão das empresas privadas que atuam no setor, sempre que necessário para assegurar o cumprimento da lei e a qualidade dos serviços prestados.

### **REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS**

*Nick Simonek*

**28.** A respeito do processo regulatório no Brasil, julgue o item a seguir.

As agências reguladoras no Brasil regulam a prestação de serviços públicos por empresas privadas, sendo as atividades das empresas estatais controladas pela Controladoria-Geral da União.

**29.** A respeito do processo regulatório no Brasil, julgue o item a seguir.

As atividades da agência reguladora não incluem o poder de polícia, o qual é exercido pelo ministério ou pelo órgão ao qual a agência é vinculada.

**30.** A respeito do processo regulatório no Brasil, julgue o item a seguir.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, por ser uma autarquia sob regime especial, inclui o poder normativo nas matérias de sua competência.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Herbert Almeida*

Maria, servidora pública federal, adotou uma criança de dois anos de idade juntamente com sua companheira, Joana, que também é servidora e com quem mantém união estável. Ao solicitar a licença-adoptante, foi informada de que o período de licença seria de 90 dias, por se tratar de uma adoção de uma criança com mais de um ano de idade. Entretanto, uma colega sua, que teve um filho biológico, informou que esse prazo não estaria correto, pois pode usufruir de tempo maior após o nascimento do seu filho. Inconformada com a diferença de tratamento, Maria recorreu ao Judiciário, buscando resguardar os seus direitos.

Acerca dessa situação hipotética e com base na Lei nº 8.112/1990 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, julgue os itens 31 a 33 a seguir.

**31.** A servidora Maria tem direito à licença-adoptante com a mesma duração e possibilidade de prorrogação da licença-maternidade, conforme a interpretação do STF, que garante isonomia de tratamento entre os casos de adoção e de nascimento biológico.

**32.** Segundo entendimento do STF, a previsão de prazos distintos conforme a idade da criança, no caso de licença por adoção, é constitucional, desde que se respeite o prazo mínimo constitucional para crianças com menos de um ano de idade.

**33.** Suponha que Maria e Joana tenham realizado gestação mediante fertilização *in vitro* e que Maria tenha se encarregado da gestação. Caso Maria usufrua da licença-maternidade, Joana também poderá requerer o benefício, mas fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

João, servidor público responsável pela gestão de contratos em uma autarquia, aprovou a locação de equipamentos de informática por um preço significativamente superior ao valor de mercado, sem realizar a devida pesquisa de preços. Durante a investigação, constatou-se que João sabia que o preço estava acima do mercado, mas alegou que agiu assim porque estava com pressa para concluir o processo e não teve tempo de buscar outras cotações. No entanto, não foi encontrado qualquer indício de que João tenha recebido vantagem financeira ou qualquer outro benefício pessoal com a aprovação do contrato. Tendo em vista o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens 34 a 36 a seguir.

**34.** A conduta de João se enquadra como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, uma vez que ele permitiu a locação de bens por um preço superior ao de mercado.

**35.** Para que João seja responsabilizado por improbidade administrativa, é necessário comprovar o dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de causar o resultado ilícito, não sendo prevista a conduta na modalidade culposa.

**36.** Caso comprovada a prática do ato, João pode ser condenado à perda da função pública e dos direitos políticos.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) visa a proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Sobre as disposições da LGPD, analise as seguintes assertivas 37 a 40 a seguir:

**37.** As normas gerais contidas na LGPD são de interesse exclusivo da União, não se aplicando a estados, Distrito Federal e municípios.

**38.** O tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos está fora do escopo da LGPD.

**39.** A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.

**40.** O tratamento de dados pessoais sensíveis depende de expresso consentimento do titular, ao passo que o tratamento dos demais dados pessoais poderá ocorrer com ou sem consentimento, conforme a previsão legal.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Adriane Fauth*

**41.** Acerca dos direitos políticos, julgue o item.

Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Federal até 90 (noventa) dias antes da data das eleições. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais, com a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

**42.** A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item que se segue.

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Trata-se de ação de natureza civil, podendo ser impetrada contra atos administrativos e judiciais.

**43.** Em relação aos direitos sociais trabalhistas julgue.

A servidora pública ou a trabalhadora regida pela CLT não gestante em união homoafetiva têm direito ao gozo da licença-maternidade. Caso a companheira tenha usufruído do benefício, fará jus a período de afastamento idêntico ao da companheira.

**44.** Referente à nacionalidade, julgue.

A aquisição da nacionalidade originária ocorre sempre de forma unilateral e involuntária, imposta na data do nascimento.

**45.** Referente aos Partidos Políticos, julgue.

5% do Fundo Eleitoral deve ser destinado, pelos partidos políticos, para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

**46.** Referente aos Poder Executivo, julgue.

Na estrutura do Poder Executivo, verifica-se a existência de duas funções primordiais diversas, quais sejam, a de Chefe de Estado e de Chefe de Governo, a respeito do tema julgue o item que segue:

Uma das características do sistema de governo presidencialista é a legitimidade popular direta, ou seja, cabe ao povo escolher o seu chefe de Estado e de Governo, dessa forma não há na nossa constituição qualquer hipótese de eleições indiretas para o Chefe do Executivo federal.

**47.** Em relação à Ordem Social e a Seguridade Social, julgue.

Um dos princípios da Seguridade Social é a diversidade da base de financiamento, ou seja, vários são os agentes responsáveis pelo custeio da seguridade social.

**48.** Em relação à Defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue.

O artigo 144 da Constituição, dentre outras coisas, dispõe que os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública serão remunerados preferencialmente por subsídios fixados em parcela única.

**49.** Em relação à Defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue.

É requisito indispensável para a decretação de estado de defesa e de sítio a prévia solicitação de autorização feita pelo Presidente da República dirigida ao Congresso Nacional, que somente será concedida se aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

**50.** Em relação à Ordem Econômica e Financeira, julgue.

É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO REGULATÓRIO

*Nick Simonek*

**51.** Julgue o item subsequente, que diz respeito à organização da administração pública, bem como aos critérios atinentes a dispensa e inexigibilidade de licitação.

Agência reguladora é uma pessoa jurídica de direito público, que, constituída sob a forma de autarquia com regime especial, compõe a administração indireta.

**52.** Julgue o item que se segue, a respeito de temas contemporâneos da gestão pública brasileira.

Agências reguladoras são exemplos de fundações públicas de direito privado.

**53.** No que se refere às modalidades de intervenção do Estado brasileiro na ordem econômica, julgue o item a seguir, considerando a legislação pertinente e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

As agências reguladoras exercem o poder normativo em ampla delegação do Poder Legislativo, podendo, no exercício dos seus misteres, inovar na ordem jurídica, criando direitos e obrigações para o setor regulado.

**54.** Acerca das agências reguladoras e da construção de agendas de políticas públicas, julgue o item a seguir.

Para que as agências reguladoras atuem de maneira eficiente e efetiva, de modo a atender interesses e direitos dos usuários, é fundamental a sua independência.

**55.** A organização administrativa do Estado é de fundamental importância à capacidade do poder público de responder às demandas da sociedade de maneira eficiente. No que diz respeito à administração, julgue os itens subsecutivos.

Situação hipotética: Necessidades operacionais fizeram que o governo encaminhasse ao Congresso Nacional um projeto de lei específico que autorizasse a criação de uma nova agência reguladora, sob a forma de autarquia. Assertiva: Nessa situação, após a aprovação, o Poder Executivo deverá realocar temporariamente servidores de outros órgãos para que possa, por meio de decreto, criar, então, a autarquia em questão.

**56.** Julgue o próximo item, acerca das agências reguladoras e das teorias da regulação.

A criação das agências reguladoras advém da política econômica adotada no Brasil na década de 90 do século XX, quando ocorreram privatizações decorrentes do Plano Nacional de Desestatização.

**57.** Com relação às modalidades de intervenção do Estado na atividade econômica, julgue o item seguinte.

A CF prescreve que o Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, deve estabelecer política de incentivo e fomento às empresas de pequeno porte que compõem o mercado interno brasileiro.

**58.** Com relação às modalidades de intervenção do Estado na atividade econômica, julgue o item seguinte.

Em sua atividade planejadora, o Estado deve estabelecer, por meio de lei, as diretrizes e bases para um desenvolvimento nacional equilibrado, compatibilizando planos regionais e nacionais de desenvolvimento.

**59.** Julgue o próximo item, relativo à intervenção do Estado no domínio econômico.

A regulação constitui intervenção indireta sobre o domínio econômico por meio de normas diretivas ou de normas indutivas referentes ao setor privado.

**60.** Julgue o item a seguir, acerca das disposições constitucionais relativas à ordem econômica e financeira.

Como agente regulador da atividade econômica, o Estado exerce atividades fiscalizatórias e de incentivo para o setor público, mas, em atenção ao princípio da livre concorrência, está impedido de executar funções de caráter normativo ou de planejamento que interfiram na atividade econômica.

### **INSTRUMENTOS DE NEGOCIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + ARBITRAGEM**

*Ricardo Torques*

**61.** À luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir:

Não compete ao juízo estatal, em execução de título executivo extrajudicial que contenha cláusula compromissória ajuizada por credor sub-rogado, analisar questões alusivas às disposições do contrato em si, o que deve ser discutido na jurisdição arbitral.

**62.** Considerando o disposto na lei 9.307/1996, que dispõe sobre a arbitragem, julgue o item a seguir.

O árbitro é juiz de fato, e a sentença que proferir fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.

**63.** Considerando o disposto na lei 9.307/1996, que dispõe sobre a arbitragem, julgue o item a seguir.

Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários.

**64.** À luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir:

Compete ao juiz togado julgar a ação de despejo apesar da cláusula compromissória no contrato de locação.

**65.** Considerando o disposto na lei 9.307/1996, que dispõe sobre a arbitragem, julgue o item a seguir.

A instituição da arbitragem interrompe a prescrição, retroagindo à data do requerimento de sua instauração, salvo se extinta a arbitragem por ausência de jurisdição.

### **MARCO CIVIL DA INTERNET**

*Antônio Daud*

Tomando por base as disposições contidas na Lei 12.965/2014, julgue os itens a seguir.

**66.** A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como a pluralidade e a diversidade, o reconhecimento da escala regional da rede e sua finalidade social, entre outros.

**67.** A disciplina do uso da internet no Brasil tem, entre outros princípios, a preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas.

**68.** Administrador de sistema autônomo consiste na pessoa, física ou jurídica, que administra blocos de endereço IP específicos e o respectivo sistema autônomo de roteamento, devidamente cadastrada no ente nacional responsável pelo registro e distribuição de endereços IP geograficamente referentes ao País.

**69.** Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 ano, sendo que a responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros.

**70.** O provedor de aplicações que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será responsabilizado subsidiariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação de imagens contendo cenas de nudez quando, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover a indisponibilização desse conteúdo, sendo desnecessária determinação judicial.

## **DIREITO DA CONCORRÊNCIA**

*Nick Simonek*

**71.** Ainda no que se refere à defesa da concorrência, julgue o item subsequente.

A empresa que pratica atos com vistas à dominação de mercado relevante de transporte aquaviário comete infração contra a ordem econômica, independentemente de esses atos serem parte de um processo natural fundado na maior eficiência alcançada pela empresa em relação a seus concorrentes.

**72.** Com relação à Lei n.º 8.884/1994 e à Lei n.º 12.529/2011, julgue o item seguinte. Nesse sentido, considere que a sigla CADE, sempre que for utilizada, se refere ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

O CADE é uma autarquia federal integrante do poder judiciário e possui a atribuição de garantir a defesa da concorrência.

**73.** Com relação à Lei n.º 8.884/1994 e à Lei n.º 12.529/2011, julgue o item seguinte. Nesse sentido, considere que a sigla CADE, sempre que for utilizada, se refere ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A Lei n.º 12.529/2011 alterou as atribuições do CADE, originalmente previstas na Lei n.º 8.884/1994.

**74.** A respeito de infrações à ordem econômica e de práticas restritivas, julgue o item que se segue.

Quando houver abuso de direito por parte do responsável por infração da ordem econômica, a sua personalidade jurídica poderá ser desconsiderada.

**75.** A respeito de infrações à ordem econômica e de práticas restritivas, julgue o item que se segue.

Para que o aumento arbitrário de lucro seja considerado infração da ordem econômica, o agente responsável deve ter agido com dolo ou culpa.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Fábio Dutra*

**76.** O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante a cobrança de uma taxa específica, desde que respeite os princípios da legalidade e da proporcionalidade.

**77.** Nos tributos lançados de ofício, o prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário é de cinco anos, contados da data do fato gerador.

**78.** Enunciado: Considerando a jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir: O pedido administrativo de compensação de tributos realizado pelo contribuinte interrompe o prazo prescricional para a execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

**79.** A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

**80.** Carlos, proprietário de um imóvel rural, adquirido em 2023, não constando da escritura pública nenhuma prova de quitação de tributos. Em 2024, Carlos foi notificado sobre uma dívida de ITR, lançada em 2022, ou seja, referente a um período em que o imóvel estava registrado em nome de outra pessoa. Julgue o item a seguir.

Carlos deve responder pelo pagamento do ITR do período anterior à aquisição do imóvel.

**81.** A suspensão da exigibilidade do crédito tributário impede a constituição do crédito pela autoridade fiscal.

**82.** Com relação ao lançamento tributário, julgue o item a seguir.

O lançamento por homologação ocorre quando a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, tendo esta o prazo de 5 anos contados do fato gerador para realizar a homologação.

**83.** Considerando as regras sobre exclusão do crédito tributário, julgue: A isenção tributária dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.

**84.** De acordo com o Código Tributário Nacional, julgue o item a seguir: A remissão do crédito tributário acarreta a extinção da obrigação principal do contribuinte.

**85.** De acordo com o Código Tributário Nacional, julgue o item a seguir: O parcelamento do crédito tributário é uma causa de suspensão da exigibilidade.

**86.** A imunidade tributária recíproca entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal impede a cobrança de taxas entre esses entes.

**87.** Em relação à prescrição tributária, julgue o item a seguir: A prescrição do crédito tributário extingue o direito de cobrar o tributo após cinco anos contados da data do lançamento.

**88.** As taxas são tributos cobrados em razão da prestação de um serviço público específico e divisível, ou do exercício do poder de polícia, e não podem ter a mesma base de cálculo adotada para os impostos.

**89.** A contribuição de melhoria é um tributo que visa custear obras públicas que valorizem os imóveis circunvizinhos, sendo que o valor total arrecadado deve necessariamente corresponder ao custo total da obra realizada.

**90.** Analise o caso hipotético: A empresa XYZ Ltda., com sede em São Paulo, foi incorporada pela empresa ABC S/A em janeiro de 2024. Antes da incorporação, a XYZ possuía um débito tributário referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de R\$ 500.000,00, acrescido de multas moratórias e punitivas, sendo o valor total do débito R\$ 650.000,00, o qual já havia sido lançado e inscrito em dívida ativa. Após a incorporação, a Fazenda Estadual notificou a ABC S/A para o pagamento do débito. Diante dessa situação, julgue o item a seguir.

A responsabilidade tributária da empresa ABC S/A em relação aos débitos da XYZ Ltda. inclui, além do valor principal, os acréscimos legais, como as multas, mesmo que o fato gerador tenha ocorrido antes da incorporação.

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

*Paulo Sousa*

Com base nas disposições sobre a Política Nacional de Relações de Consumo, julgue os itens **91** e **92**.

**91.** A Política Nacional de Relações de Consumo visa proteger a parte mais vulnerável nas relações de consumo, ou seja, o fornecedor de produtos e serviços, garantindo-lhe direitos adicionais no processo de compra e venda.

**92.** Um dos objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo é a harmonização dos interesses dos participantes da relação de consumo, com base na boa-fé e no equilíbrio entre consumidor e fornecedor.

De modo a proteger o consumidor, é necessário prever certos direitos básicos. Isso não significa que outros direitos não sejam franqueados ao consumidor, por exemplo, aqueles decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade. Tendo em vista as disposições sobre os Direitos Básicos do Consumidor, julgue os itens **93** e **94**.

**93.** O direito à proteção contra a publicidade enganosa ou abusiva é um direito básico do consumidor que pode ser afastado por acordo expresso entre as partes, desde que o consumidor tenha ciência plena dos riscos.

**94.** O direito de ser indenizado por danos materiais ou morais, em caso de acidente de consumo, é limitado ao ressarcimento dos prejuízos materiais diretamente causados pelo fornecedor, sem considerar danos morais ou lucros cessantes.

O elemento nuclear na responsabilidade civil nas relações de consumo é o dano. A conduta e o nexo de causalidade são, em geral, mais simples de serem demonstrados, mas o dano é a figura central do sistema reparatório fixado no CDC, de tal modo que o tipo de dano gera uma distinção de tratamento jurídico. Sobre a responsabilidade civil no CDC, julgue os itens **95** a **102**.

**95.** O fabricante, o produtor e o importador de um produto defeituoso só responderão solidariamente pelos danos causados ao consumidor se for comprovada a culpa de cada um deles.

**96.** Caso o consumidor seja prejudicado por um defeito em produto durável, ele terá o prazo de 90 dias, a contar da data do acidente de consumo, para ingressar com ação de reparação de danos contra o fornecedor. Em caso de produtos não duráveis, o prazo é de 30 dias.

**97.** Se o consumidor utilizar um produto de forma inadequada ou em desacordo com as instruções fornecidas pelo fabricante, o fornecedor ainda assim será responsabilizado por eventuais danos causados ao consumidor, independentemente da má utilização do produto, pois a responsabilidade no CDC é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa do fornecedor.

**98.** O fornecedor de serviços responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores em razão de defeitos na prestação de serviços, sendo irrelevante a existência de culpa, exceto quando o serviço é realizado por profissional liberal, onde a responsabilização exige a comprovação de culpa.

**99.** Quando um produto apresenta um vício de qualidade que o torna impróprio para o consumo, o consumidor pode exigir diretamente a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, sem necessidade de dar ao fornecedor a oportunidade de reparar o vício.

**100.** Em caso de vício de quantidade, o consumidor pode exigir a complementação do peso ou da medida do produto, mas o fornecedor não está obrigado a restituir o valor proporcional ao vício, caso o consumidor opte por essa alternativa.

**101.** Caso o vício do produto seja oculto e só venha a se manifestar após o término da garantia legal ou contratual, o fornecedor está isento de responsabilidade, desde que o produto tenha sido utilizado de acordo com as orientações do fabricante.

**102.** Nos casos em que o vício do serviço não for sanado dentro do prazo de 30 dias, o consumidor pode exigir, além da reexecução do serviço sem custo adicional, a complementação de eventuais despesas decorrentes do defeito, ainda que não previstas no contrato.

As práticas comerciais pretendem detalhar os limites e as possibilidades que os fornecedores têm quando oferecem bens de consumo no mercado. Sobre o assunto, julgue os itens **103** a **105**.

**103.** É permitida a oferta de produtos ou serviços ao consumidor com informações parciais sobre suas características e preço, desde que o fornecedor complemente essas informações após o início da contratação ou entrega do produto.

**104.** O fornecedor pode, após realizar uma oferta pública de determinado produto com um preço promocional, cancelar unilateralmente a transação caso constate que houve um erro material no valor ofertado, sem qualquer consequência jurídica.

**105.** O Código de Defesa do Consumidor proíbe expressamente qualquer forma de publicidade comparativa entre produtos ou serviços de diferentes fornecedores, mesmo que baseada em critérios objetivos e informativos.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.527/2011, na Lei 13.709/2018 e no Código de Ética do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

**106.** O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer sem o consentimento do titular, quando for indispensável para proteção da vida de qualquer pessoa.

**107.** O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá, entre outras hipóteses, em decorrência de determinação da autoridade nacional.

**108.** O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais.

**109.** O servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

**110.** Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade deverá ser negado o acesso à informação.

Tomando por base o regramento contido na Lei 9.784/1999 e na Lei 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

**111.** Suponha que o interessado em determinado processo administrativo encontra-se irredimido após tomar ciência da decisão final tomada pela Administração. Neste caso, em regra o interessado terá o prazo de dez dias para recorrer, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão, sendo que a Administração terá o prazo máximo de trinta dias para decidir o recurso, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

**112.** Devem ser obrigatoriamente motivados os atos administrativos que decidam recursos administrativos.

**113.** A decisão coordenada poderá ser utilizada em toda decisão administrativa que exija a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades.

**114.** Um dos resultados possíveis para uma sindicância consiste na aplicação de suspensão de no máximo 20 dias.

**115.** A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de 5 anos se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

**116.** A ação disciplinar contra servidor público que se ausenta de forma intencional por mais de 30 dias consecutivos prescreverá em 5 anos.

Tomando por base o regramento contido na Lei 8.429/1992 e a disciplina dos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 117.** Embora a ação para a aplicação das sanções relacionadas a atos de improbidade administrativa se sujeite a prazo prescricional de oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência, a fluência deste prazo interrompe-se pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- 118.** A transferência de concessão não requer a realização de nova licitação, embora se exija prévia anuência do poder concedente.
- 119.** Havendo a subconcessão do serviço público delegado, o subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.
- 120.** Havendo decretação da intervenção na concessão e, posteriormente, restar comprovado que não se observaram os pressupostos legais aplicáveis, será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.
-

## **Discursiva 1**

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
- b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 30 linhas.

---

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 2

Se você pensar na geração dos seus pais e avós, sem muito esforço verá que os hábitos eram bem diferentes. Hoje, as pessoas se comunicam por vídeo sem limites de distância ou caracteres, divulgam fotos em tempo real e, até mesmo, possuem minirobôs que limpam suas casas ou ajudam a escolher que música ouvir. Há menos de 30 anos, isso era impensável. A era digital transformou a vida social das pessoas, modernizou os lares e as empresas.

<https://www.sesirs.org.br/blog-sesi-saude/saude-na-era-digital>

Considerando que os fragmentos de texto acima apresentados têm caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema:

### **CONNECTIVIDADE E SAÚDE MENTAL: EFEITOS DO USO CONSTANTE DE TECNOLOGIAS DIGITAIS**

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. A influência da hiperconexão nas relações sociais e no isolamento;
2. A necessidade de desconexão digital para preservar a saúde mental.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---